

Ramo: Ciências Jurídico-Forenses

Ano/semestre: 1.º ano/1.º semestre

QUADRO N.º 2N

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Direito e Processo Penal I	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
Direito e Processo Civil I	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
Direito Comercial I	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
Direito Público I	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
Direito da Insolvência	FOR	Semestral	54	TP: 20	2	Optativa.
Títulos de Crédito	FOR	Semestral	54	TP: 20	2	Optativa.

Ano/semestre: 1.º ano/2.º semestre

QUADRO N.º 3N

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Direito e Processo Penal II	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
Direito e Processo Civil II	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
Direito Comercial II	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
Direito Público II	FOR	Semestral	189	TP: 70	7	Obrigatória.
(Apresentação do Projecto de) Dissertação	FOR	Semestral	54	TP: 5	2	Obrigatória.

Ano/semestre: 2.º ano/3.º semestre

QUADRO N.º 4N

Unidades curriculares (1)	Área científica (2)	Tipo (3)	Tempo de trabalho (horas)		ECTS (6)	Observações (7)
			Total (4)	Contacto (5)		
Dissertação em Ciências Jurídico-Forenses	FOR	Semestral	810	OT: 20	30	Obrigatória.

204956767

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Edital n.º 766/2011

Doutor António Augusto Magalhães da Cunha, Professor Catedrático e Reitor da Universidade do Minho, faz saber que, pelo prazo de trinta dias úteis contados do dia útil imediato àquele em que o presente edital for publicado no *Diário da República*, se abre concurso documental, de âmbito internacional, para recrutamento de 2 (dois) postos de trabalho de Professor Associado na área disciplinar de Arquitectura, da Escola de Arquitectura, desta Universidade.

O presente concurso, aberto por despacho de 15 de Julho de 2011, do Reitor da Universidade do Minho, rege-se pelas disposições constantes dos artigos 37.º e seguintes do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de Agosto, alterada pela Lei n.º 8/2010, de 13 de Maio, e pela demais legislação e normas regulamentares aplicáveis, designadamente pelo Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores da Carreira Docente Universitária na Universidade do Minho, adiante designado por Regulamento, aprovado por despacho reitoral n.º 17945/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 232, de 30 de Novembro de 2010.

1 — Requisito de admissão

Constitui requisito de admissão ao concurso, em conformidade com o que determina o artigo 41.º do ECDU: ser titular do grau de doutor há mais de 5 anos.

2 — Formalização das candidaturas

As candidaturas são apresentadas através de requerimento dirigido ao Reitor da Universidade do Minho, nos seguintes termos e condições:

2.1 — O requerimento deve conter, entre outros, os seguintes elementos:

- Identificação do concurso;
- Identificação do candidato pelo nome, data de nascimento, nacionalidade e endereço postal e electrónico;
- Indicação da categoria e da instituição onde presta serviço docente, quando aplicável;
- Indicação dos graus detidos pelo candidato;
- Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os elementos ou factos constantes da candidatura.

2.2 — O requerimento é acompanhado da seguinte documentação:

- Dois exemplares em papel do *curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, e um exemplar em formato digital do referido *curriculum*;
- Dois exemplares dos trabalhos seleccionados pelo candidato como mais representativos, sendo um em papel e outro em formato digital; não estando disponível o formato digital, este poderá ser substituído pela entrega em papel de um número de exemplares correspondente ao número de membros do júri;
- Um projecto pedagógico que o candidato se proponha desenvolver na área disciplinar do concurso, o qual deve integrar o *curriculum vitae* e ser apresentado nos seguintes termos:

Projecto pedagógico, não superior a 3.000 palavras, aplicável a uma unidade curricular do Curso de Mestrado Integrado em Arquitectura, dirigido ao desenvolvimento de conhecimentos e competências relevantes, enquadrado

numa perspectiva de integração longitudinal com temas a desenvolver no âmbito da área disciplinar de Arquitectura, incluindo estratégia pedagógica de ensino-aprendizagem centrada no aluno e metodologias de avaliação;

- d) Certificado que comprove a titularidade e a data de obtenção do grau exigido para o concurso;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade;
- f) Certificado do registo criminal;
- g) Atestado comprovativo da robustez física e do perfil psíquico, indispensáveis ao exercício das funções;
- h) Boletim de vacinação obrigatória actualizado.

2.3 — Os documentos a que aludem as alíneas f) a h) do número anterior podem ser substituídos por declaração prestada no requerimento, sob compromisso de honra, onde, em alíneas separadas, o candidato deve definir a sua situação precisa relativamente ao conteúdo de cada uma daquelas alíneas.

2.4 — Os candidatos pertencentes à Universidade do Minho ficam dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do seu processo individual.

2.5 — O incumprimento do prazo de apresentação da candidatura fixado, bem como a falta de apresentação ou a apresentação fora do prazo dos documentos referidos nas alíneas a) e e) do n.º 2 do ponto 2 deste edital, de entrega obrigatória, determinam a exclusão da candidatura.

2.6 — O requerimento e os restantes documentos de candidatura poderão ser apresentados em língua portuguesa ou inglesa, pessoalmente ou através de correio registado, na Divisão Académica da Reitoria da Universidade do Minho, no 3.º andar do Complexo Pedagógico II do *Campus* de Gualtar, Braga (C.P. 4710-057 Braga).

3 — Júri do concurso

3.1 — O júri do concurso tem a seguinte composição:

Presidente: Reitor da Universidade do Minho
Vogais:

Doutor Alexandre Vieira Pinto Alves Costa, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

Doutor Manuel Pinheiro Fernandes Sá, Professor Catedrático da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto;

Doutor Teresa Valsassina Heitor, Professora Catedrática do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutora Maria Luísa de Oliveira Gama Caldas, Professora Catedrática da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Paulo Jorge de Sousa Cruz, Professor Catedrático da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.

3.2 — As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos dos membros do júri presentes à reunião, não sendo permitidas abstenções.

4 — Admissão e exclusão de candidaturas

A admissão e exclusão de candidaturas e a notificação dos candidatos excluídos, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 100.º do Código do Procedimento Administrativo, processam-se em conformidade com o previsto no artigo 26.º do Regulamento.

5 — Método e critérios de selecção

5.1 — O método de selecção é a avaliação curricular, através da qual se visa avaliar o desempenho científico, a capacidade pedagógica e o desempenho noutras actividades relevantes para a missão da Universidade.

5.2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados os seguintes critérios, de acordo com as exigências das funções correspondentes à categoria a que respeita o presente concurso:

- a) O desempenho científico do candidato;
- b) A capacidade pedagógica do candidato;
- c) Outras actividades relevantes para a missão da Universidade que hajam sido desenvolvidas pelo candidato.

5.3 — Aos critérios enunciados no número anterior são atribuídos os seguintes factores de ponderação:

- a) Desempenho científico: 40 %;
- b) Capacidade pedagógica: 30 %;
- c) Outras actividades relevantes: 30 %.

6 — Parâmetros de avaliação

Na aplicação dos critérios referidos no artigo anterior são avaliados os seguintes parâmetros:

a) Desempenho científico: produção científica, cultural ou tecnológica; reconhecimento pela comunidade e sociedade em geral; coordenação e participação em projectos científicos, de criação cultural ou de desenvolvimento tecnológico; coordenação, liderança e dinamização da actividade de investigação.

b) Capacidade pedagógica: actividades lectivas em instituições de ensino superior; desempenho pedagógico; inovação e valorização pedagógicas; produção de material pedagógico; coordenação e participação em projectos pedagógicos; acompanhamento e orientação de estudantes de licenciatura, de mestrado e de doutoramento; qualidade do projecto pedagógico apresentado;

c) Outras actividades relevantes: prestação de serviços à comunidade científica e educacional, bem como ao tecido económico-productivo e

à sociedade em geral; acções e publicações de divulgação científica, cultural ou tecnológica; valorização e transferência de conhecimento; actividades de avaliação de natureza académica, designadamente no âmbito de provas e concursos; participação em actividades de gestão em instituições de ensino superior ou de investigação ou em outras entidades de carácter científico, tecnológico ou cultural que desenvolvam actividades relevantes no âmbito da missão das anteriores.

7 — Avaliação e selecção

7.1 — Finda a fase de admissão ao concurso, o júri dá início à apreciação das candidaturas, tendo em conta os critérios e os parâmetros constantes do presente edital.

7.2 — O júri delibera, em primeiro lugar, sobre a aprovação em mérito absoluto, com base no mérito do currículo global dos candidatos na área disciplinar do concurso.

7.3 — No caso de não aprovação em mérito absoluto, o júri deve proceder à audiência prévia dos candidatos excluídos que, querendo, se podem pronunciar no prazo de dez dias, aplicando-se o referido nos números 3 a 7 do artigo 26.º do Regulamento.

7.4 — O júri procede, de seguida, à avaliação dos candidatos aprovados em mérito absoluto, considerando os critérios e parâmetros de avaliação, bem como os respectivos factores de ponderação, constantes do presente edital.

7.5 — A classificação final dos candidatos é expressa na escala numérica de 0 a 100.

8 — Documentação complementar

Sempre que considere necessário, o júri solicita aos candidatos documentação complementar relacionada com o *curriculum vitae* apresentado, nos termos e condições previstos no artigo 28.º do Regulamento.

9 — Ordenação e metodologia de votação

9.1 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos critérios e parâmetros de avaliação e correspondentes factores de ponderação constantes do presente edital.

9.2 — Antes de se iniciarem as votações, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexo à acta, com a ordenação dos candidatos, devidamente fundamentada, considerando para o efeito o referido no número anterior.

9.3 — Nas várias votações, cada membro do júri deve respeitar a ordenação que apresentou, não sendo admitidas abstenções.

9.4 — O júri utilizará a seguinte metodologia de votação, para a formação da maioria absoluta na ordenação dos candidatos:

A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar. No caso de um candidato obter mais de metade dos votos dos membros do júri presentes na reunião, fica colocado em primeiro lugar. Se tal não acontecer, repete-se a votação, apenas entre os candidatos que obtiveram votos para o primeiro lugar, depois de retirado o candidato menos votado na primeira votação.

No caso de ter havido empate entre dois ou mais candidatos na posição de menos votado, e houver pelo menos um que não ficou nessa posição, faz-se uma votação apenas sobre esses candidatos que ficaram em último, para os desempatar. Se nesta votação restrita o empate persistir em relação ao mesmo conjunto de elementos, o Presidente do júri decide qual o candidato a eliminar. Se o empate persistir, mas em relação a um conjunto diferente de candidatos, repete-se, nesse caso, o processo de desempate. O processo repete-se até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar. Retirado esse candidato, repete-se todo o processo para o segundo lugar, e assim sucessivamente, até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos admitidos.

10 — Participação dos interessados e decisão

10.1 — O projecto de ordenação final é notificado aos candidatos, para efeitos de realização da audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 26.º do Regulamento.

10.2 — Realizada a audiência dos interessados, o júri aprecia as alegações oferecidas e aprova a lista de ordenação final dos candidatos.

11 — Prazo de decisão final

11.1 — Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o prazo de proferimento da decisão final do júri não pode ser superior a noventa dias seguidos, contados a partir da data limite para a apresentação das candidaturas.

11.2 — O prazo referido no número anterior pode ser prorrogado quando o elevado número de candidatos e ou a especial complexidade do concurso o justifique.

12 — Publicação do edital do concurso

Para além da publicação na 2.ª série do *Diário da República*, o presente edital é também publicado:

- a) Na bolsa de emprego público;
- b) No sítio da internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nas línguas portuguesa e inglesa;
- c) No sítio da internet da Universidade do Minho, nas línguas portuguesa e inglesa.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens

e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

26 de Julho de 2011. — O Reitor, *António Augusto Magalhães da Cunha*.

204978531

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Despacho n.º 9891/2011

Por despacho de 15 de Julho de 2011, do Senhor Reitor da Universidade Nova de Lisboa, foi autorizada a cessação de funções, a seu pedido, como Subdirector da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, do Professor Doutor Rui Manuel Leitão da Silva Santos e autorizada a designação, como Subdirector da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, do Professor Doutor João Miguel Marques da Costa, com efeitos a partir de 01 de Agosto de 2011.

Assim:

1 — Determino a cessação de funções, a seu pedido, como Subdirector da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas para a área da Investigação, do Professor Doutor Rui Manuel Leitão da Silva Santos, com efeitos a partir de 01 de Agosto de 2011;

2 — Designo Subdirector da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, para as áreas da Investigação e dos Recursos Humanos, o Professor Doutor João Miguel Marques da Costa, com efeitos a partir de 01 de Agosto de 2011;

3 — Revogo, nos termos da alínea *a)* do artigo 40.º do Código do Procedimento Administrativo, com efeitos a partir de 01 de Agosto de 2011, as delegações de competências constantes do ponto 2 do Despacho n.º 18548/2009 (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 11 de Agosto, pág. 32109) e as constantes do Despacho n.º 3761/2011 (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 25 de Fevereiro, pág. 9914); e

4 — Considerando o teor dos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e ao abrigo do disposto no artigo 16.º dos Estatutos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Despacho n.º 3849/2009, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 21, de 30 de Janeiro, págs. 4639 a 4644), delegeo no Subdirector Professor Doutor João Miguel Marques da Costa, com efeitos a partir de 01 de Agosto de 2011, as competências para:

4.1 — Representar a FCSH em actos, eventos ou processos relativos à investigação científica, com excepção da outorga de contratos, sem prejuízo do disposto no ponto seguinte;

4.2 — Subscrever protocolos e acordos vinculando a FCSH em matérias relativas a investigação científica, ouvido o Conselho Científico;

4.3 — Despachar assuntos correntes em matéria de investigação científica;

4.4 — Superintender na actividade do Núcleo de Apoio a Candidaturas e Projectos de Investigação;

4.5 — Superintender na actividade do Núcleo de Apoio às Unidades de Investigação e a Investigadores e Bolseiros;

4.6 — Superintender na actividade do Núcleo de Acompanhamento à Execução Financeira de Projectos, Subsídios e Fundos de Apoio à Investigação Científica;

4.7 — Representar o Director perante os demais Órgãos e serviços da FCSH em matérias relativas à investigação científica;

4.8 — Autorizar despesas relativas à investigação científica e respectivos projectos até ao montante de 75.000 Euros;

4.9 — Despachar assuntos correntes em matéria de Recursos Humanos;

4.10 — Superintender na actividade da Divisão de Recursos Humanos.

29 de Julho de 2011. — O Director, *Doutor João Sàgua*.

204977495

UNIVERSIDADE DO PORTO

Reitoria

Despacho n.º 9892/2011

Por despacho reitoral de 2011/0/28, sob proposta do Conselho Científico da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, foi aprovada, nos termos do disposto no artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de Junho, e pelo Decreto-Lei n.º 230/2009, de 14 de Setembro, a alteração da Estrutura Curricular do 2.º Ciclo de Estudos conducente ao grau de mestre em Ciências Forenses, pela Universidade do Porto, através das Faculdades de Medicina, Direito, Psicologia e Ciências da Educação, Farmácia, Medicina Dentária, Ciências e do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, adequado em 25 de Outubro de 2006.

A alteração da estrutura curricular e plano de estudos que a seguir se publicam foi comunicada à Direcção-Geral do Ensino Superior em 29 de Julho de 2011, de acordo com o estipulado no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 107/2008 de 25 de Junho.

1 — Estabelecimento de ensino: Universidade do Porto.

2 — Unidade orgânica (faculdade, escola, instituto, etc.): Faculdades de Medicina, Direito, Psicologia e Ciências da Educação, Farmácia, Medicina Dentária, Ciências e Instituto de Ciências Biomédicas “Abel Salazar”.

3 — Curso: Ciências Forenses.

4 — Grau ou diploma: Mestre.

5 — Área científica predominante do curso: Ciências Forenses.

6 — Número de créditos, segundo o sistema europeu de transferência de créditos, necessário à obtenção do grau ou diploma: 120 ECTS

7 — Duração normal do curso: 2 anos.

8 — Opções, ramos, ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o curso se estruture (se aplicável):

Psiquiatria e Psicologia Forenses;

Medicina Legal;

Ciências Laboratoriais Forenses

9 — Áreas científicas e créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau ou diploma:

Psiquiatria e Psicologia Forenses

QUADRO N.º 1

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios (1)	Optativos
Ciências Forenses.	CF	120	0
<i>Total</i>		120	0

Medicina Legal

QUADRO N.º 2

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos (2)
Ciências Forenses.	CF	120	0
<i>Total</i>		120	0

Ciências Laboratoriais Forenses

QUADRO N.º 3

Área científica	Sigla	Créditos	
		Obrigatórios	Optativos (2)
Ciências Forenses.	CF	120	0
<i>Total</i>		120	0

Nota. — O item 9. é repetido tantas vezes quantas as necessárias para a descrição dos diferentes percursos alternativos (opções, ramos, etc.), caso existam, colocando em título a denominação do percurso.

10 — Observações:

O ciclo de estudos é constituído por:

Um “curso de mestrado”, não conferente de grau, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares a que correspondem 60 créditos ECTS. Confere um diploma de “curso de mestrado” em Ciências Forenses.

Uma dissertação de natureza científica, a que correspondem 60 do total dos 120 ECTS do ciclo de estudos, cuja defesa em provas públicas permitirá a obtenção do grau de mestre em Ciências Forenses, numa das seguintes especializações: Psiquiatria e Psicologia Forenses, Medicina Legal ou Ciências Laboratoriais Forenses.